

A prática legislativa ensina que o posto de relator de uma comissão da Câmara ou do Senado dá muito poder a seu ocupante, uma vez que os plenários das Casas legislativas têm por hábito seguir sempre sua orientação. Dificilmente, uma matéria recebe, na votação, tratamento diferente do sugerido no relatório de uma comissão que tenha discutido a matéria antes de ir ao plenário. Por isso mesmo, o PMDB usou sua condição de partido majoritário no Congresso para indicar todos os relatores das comissões mistas escolhidas para analisar as medidas provisórias do governo Collor para a estabilização da economia. Só que uma dessas relatorias não foi ainda ocupada por falta de interesse dos parlamentares em descascar um abacaxi: a da medida 159, que fixa normas de conduta para o funcionalismo público federal.

O líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), encarregou o senador Aloízio Bezerra (PMDB-AC) da missão, recusada, pois o escolhido argumentou não dispor de tempo para se dedicar ao trabalho, por ser candidato a candidato ao governo de seu Estado. O líder apelou então para o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS). Mais uma vez, a

missão foi rejeitada, sob o pretexto do deputado de não ter conhecimento aprofundado do assunto, por não haver participado da primeira reunião da bancada majoritária em que foram discutidas as sugestões de emendas ao Plano Collor. Enfim, a escolha recaiu sobre um amigo do líder, o senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE) que alegou "excesso de trabalho" para escapar da complicada tarefa de opinar sobre questões que podem vir a desagradar servidores federais e eleitores em geral.

O jogo de empurra da relatoria da comissão constituída para analisar a Medida Provisória nº 159, na verdade, não tem nada a ver com excesso de trabalho nem com escrúpulos de parlamentares sobrecarregados de trabalho. Essa tarefa tem sido recusada e passada adiante por um motivo mais simples: nenhum deputado ou senador quer se arriscar a perder votos na próxima eleição parlamentar de 3 de outubro.

As providências que o governo quer adotar para reduzir o peso da máquina administrativa federal na sangria do Erário têm merecido aprovação bastante significativa da sociedade brasileira. Segundo todas as pesquisas de opinião pública sobre a repercussão do Plano

Collor no cotidiano do cidadão brasileiro, a atitude do governo de demitir funcionários ociosos e exigir dos que permanecerem na ativa um comportamento à altura do exigido pelo contribuinte, que paga a conta, é, entre todas as providências anunciadas, aquela que recebe o apoio mais entusiástico, quase unânime, da população, superando os índices de 90% de aprovação. Qualquer parlamentar que pretenda se reeleger em outubro não pode ficar surdo a essa manifestação coletiva. Até porque a população se manifesta com essa veemência por ser diariamente vitimada pelo mau atendimento normalmente dispensado nas repartições públicas brasileiras.

Ao mesmo tempo, esse parlamentar não quer se comprometer com um relatório rigoroso contra servidores públicos relapsos, impondo-lhes um código de conduta, pois, além de eles serem em número bastante significativo, têm também tempo disponível e pouco trabalho a cumprir, reunindo, assim, grande capacidade de mobilização. Tal parlamentar teme o boicote barulhento que esses servidores, com forte espírito corporativo, podem fazer contra suas pretensões de reeleição. Ou seja, se ele correr, o bi-

cho pega e, se ficar, o bicho come.

Tudo seria perfeitamente compreensível se não se estivesse presente o fato elementar de que os membros do Congresso Nacional são eleitos e se tornam legítimos representantes do povo justamente para ajudar na tarefa comum da administração do interesse coletivo. A crise de credibilidade que atinge atualmente o Poder Legislativo tem mais um forte combustível no lamentável episódio do jogo de empurra da relatoria da medida provisória sobre o funcionalismo público. A sociedade brasileira não suporta mais esse tipo de atitude de uma classe política fisiológica, capaz de pensar apenas em sua própria sobrevivência política, esquecendo seus deveres elementares, inerentes à condição da vida pública.

Se os congressistas brasileiros não se sentem aptos a enfrentar o desafio de uma mera relatoria de comissão, não podem também estar à altura de sua difícil e nobre missão de elaborar as leis em torno das quais a sociedade brasileira precisa conviver, em clima de harmonia e liberdade. Nem o instinto de sobrevivência pode justificar que o Congresso fuja às suas responsabilidades mais comezinhas.